

AS MANIFESTAÇÕES DOS PIAUIENSES À PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA NO BRASIL (1889-1890)

Thaise de Sousa Araújo
Mestranda em História - UFPI
thaise17@yahoo.com.br

Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz
Doutora em História pela Universidade de São Paulo
Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do
Brasil -UFPI
teresinhaqueiroz@bol.com.br

Resumo:

O projeto de República, bem como a sua instauração, foi conduzido por uma pequena parcela de civis e militares, deixando a maioria do povo brasileiro à parte dos acontecimentos. Assim, o ato ocorrido em 15 de novembro de 1889 na Capital Federal causou surpresas e diversas reações em todo o território nacional. Observando essa conjuntura, este artigo tem como objetivo analisar como os habitantes da Capital e interior do Piauí foram informados sobre a instalação do novo regime e quais as reações e posicionamentos de seus habitantes frente à mudança na política do país. Adota-se como fontes telegramas, atas de reuniões, anúncios de jornal, atos administrativos, cartas e produções literárias publicados nos periódicos *Atualidade* (1889) e o *Estado do Piauí* (1890). Entre os autores discutidos estão QUEIROZ (2011), MONTEIRO (2015), CARVALHO (2016), BRAGA (2016), MCCANN (2007).

Palavras-chave: Piauí. Política. República.



THE MANIFESTATIONS OF THE PIAUIENSES TO THE REPUBLIC
PROCLAMATION IN BRAZIL (1889-1890)

Thaise de Sousa Araújo

Mestranda em História - UFPI

thaise17@yahoo.com.br

Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz

Doutora em História pela Universidade de São Paulo

Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do
Brasil -UFPI

teresinhaqueiroz@bol.com.br

Abstract:

The Republic project, as well as its establishment, was carried out by a small number of civilians and military, leaving the majority of the Brazilian people apart from the events. Thus, the act that occurred on November 15, 1889 in the Federal Capital caused surprises and several reactions throughout the national territory. Observing this situation, this article aims to analyze how the inhabitants of the Capital and the countryside of Piauí were informed about the installation of the new regime and the reactions and positions of its inhabitants in the face of changes in the country's policy. It is adopted as sources telegrams, meetings' minutes, newspaper advertisements, administrative acts, letters and literary productions published in the periodicals *Atualidade* (1889) and *O Estado do Piauí* (1890). Among the authors discussed are QUEIROZ (2011), MONTEIRO (2015), CARVALHO (2016), BRAGA (2016), MCCANN (2007).

Keywords: Piauí. Policy. Republic.



A República proclamada em 15 de novembro de 1889 não contou com o apoio popular, e José Murilo de Carvalho ajuda a compreender esse momento. De acordo com o autor, a propaganda republicana foi feita por profissionais liberais, especialmente por advogados e jornalistas, estudantes das áreas de Direito e Medicina, e alunos das escolas militares. Embora os discursos tratassem sobre democracia, pouco se fez para inserir o povo na movimentação republicana. Isso é explicado, em parte, pela falta de interesse dos produtores de café do estado de São Paulo em levar a campanha para as ruas (CARVALHO, 2016, p. 21).

Como exemplo, é possível observar o caso de Silva Jardim, defensor da participação popular no processo de instalação da República. Sabendo disso, os arquitetos do plano que culminou com a queda do Imperador, não o avisaram e, por isso, o jurista, assim como todo o Brasil, foi pego de surpresa pelo acontecimento no Campo de Santana na manhã daquele dia, quando o marechal Deodoro da Fonseca, mesmo estando doente, se dirigiu para lá, e derrubou o regime monárquico.

Neste dia, o marechal Deodoro da Fonseca saiu às ruas em desfile e logo foi para casa. Ele estava acompanhado apenas por alunos das escolas do Exército, alguns oficiais da Marinha e curiosos que deram vivas à República, mas foram censurados e receberam do líder da tropa a ordem para que se calassem. Coube a José do Patrocínio anunciar na Câmara Municipal do Rio de Janeiro a Proclamação da República. Carvalho explica que a queda do Império foi facilitada porque já não possuía apoio da Igreja, do Exército, dos antigos senhores de escravos, da juventude das faculdades e de profissionais liberais. O maior apoio que a Monarquia tinha era dos ex-escravos e do povão, que não tinham como se manifestar (CARVALHO, 2016, p. 21).

McCann (2007, p. 44) acrescenta que a Proclamação da República foi resultado da articulação de uma pequena porcentagem do Exército, em busca de defender seus interesses, e uma pequena parcela de políticos. Embora o governo brasileiro buscasse assemelhar o acontecimento político às revoluções francesa e/ou americana, em nada era parecido. O novo Regime não foi construído com o apoio popular, e sustentou-se por meio da força, já que não possuía legitimidade perante o povo brasileiro para atrever-se a tentar as eleições.

Sobre isso, Braga (2016, p. 171-172) informa que a República não foi uma surpresa para o povo brasileiro, pois era uma proposta existente desde a segunda metade do século XIX, porém, surpreendeu o modo como a sua instauração foi conduzida pelos militares. Ao tratar a expressão



“bestializados”, que foi muito discutida pela historiografia, a autora expõe que o povo brasileiro não aceitou sem resistências ou foi indiferente à Proclamação da República, mas se “bestializou” perante a ação militar que foi na contramão do movimento republicano.

Compreendendo este fato, o presente trabalho analisa como os municípios piauienses foram informados sobre a instalação da República e quais as reações e posicionamentos de seus habitantes frente à mudança na política do país. Para desenvolvimento do trabalho utiliza-se fontes como telegramas, atas de reuniões, anúncios de jornal, atos administrativos, cartas e produções literárias publicados nos periódicos *Atualidade*¹ (1889) e o *Estado do Piauí*² (1890). Para promover a discussão é relevante considerar os autores QUEIROZ (2006), MONTEIRO (2015), CARVALHO (2016), BRAGA (2016), MCCANN (2007).

As manifestações de adesão e de oposição ao regime republicano no Piauí

A notícia da Proclamação da República chegou ao Piauí na noite de 15 de novembro de 1889, quando alguns teresinenses assistiam a um espetáculo no Teatro Concórdia (NUNES, 2013, p. 99). Segundo Higino Cunha, os piauienses foram pegos de surpresa pelo acontecimento. (CUNHA, 2011, p. 56). A informação que chegou por meio de telegrama comunicava uma “Revolução” ocorrida na cidade do Rio de Janeiro, instalando a República no Brasil, e tendo sido aceita pelo povo e pelo Imperador D. Pedro II (MONTEIRO, 2015, p. 340).

Alguns presentes na casa de espetáculos manifestaram-se de forma exaltada diante do acontecimento, dando grande apoio ao novo regime instituído, e acabaram sendo presos a mando do chefe de polícia, que reforçou o policiamento no local. A notícia se espalhou rapidamente pela cidade, e o povo se aglomerou em frente à estação telegráfica de Teresina, ficando ali até o nascer do dia em busca de mais informações acerca do ocorrido na Capital do país e sobre o Imperador (MONTEIRO, 2015, p. 340).

¹ *O Atualidade* (Teresina, 1889), periódico que fez a narrativa dos momentos iniciais, após o advento do novo regime e a chegada de Taumaturgo de Azevedo como governador do Piauí.

² *O Estado do Piauí* (Teresina, 1890) era o órgão oficial do governo. Esse periódico proporcionou o conhecimento detalhado das ações governativas de Taumaturgo de Azevedo, as decisões do Governo Provisório Central e de seus ministérios, já que obteve o *status* de relatório da administração do primeiro governador nomeado do Piauí.

No Piauí, a Proclamação só aconteceu após o reconhecimento do marechal Deodoro da Fonseca como chefe do Governo Provisório, na manhã do dia seguinte (MACAMBIRA, 1986, p. 115-131). Segundo Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro:

Recebida à cinco da tarde, a notícia da aclamação do general (sic) Manoel Deodoro da Fonseca para chefe do Governo Provisório da República e da organização de um ministério democrático, e lidos ao povo, reunidos em grande massa em frente à estação telegráfica, os despachos de tais notícias, dirigiam-se lhes depois, de uma das janelas, o telegrafista Leonel Caetano da Silva em calorosas alocações [...] (MONTEIRO, 2015, p. 340).

Às oito da noite do dia 16, após o discurso de Francisco de Sampaio (o líder do movimento) na Estação telegráfica de Teresina, oficializou-se a adesão do estado ao novo regime; a deposição do presidente da província, Lourenço Valente de Figueiredo e a nomeação dos membros da Junta Governativa Provisória, Reginaldo Nemésio de Sá, Nelson Pereira do Nascimento, e o alferes João de Deus Moreira de Carvalho. Após esta audiência, dirigiram-se ao Palácio do Governo e depuseram a Figueiredo, que não teria resistido à ação. Por fim, já na sede do poder executivo estadual decretaram a adesão do Piauí à República nascente, em meio à aclamação do povo e da tropa.

No dia 17 de novembro de 1889, a Junta do Governo Provisório do Estado do Piauí divulgou uma carta aberta ao povo piauiense. Na carta, a Junta celebrava e falava da satisfação daquele momento de Proclamação da República, sendo esta uma ideia almejada por muito tempo nas lutas que se fizeram no país. O governo assumiu o compromisso de respeitar os direitos universais do cidadão e, assim, a Junta Provisória buscava passar um sentimento de credibilidade e esperança de dias melhores ao povo piauiense. A ordem e progresso são outras promessas aos piauienses, e com ela se encerra o texto.

No dia 18 de novembro de 1889, seguindo o exemplo dos demais estados constituídos que viram a necessidade de aumentar o número de membros de suas juntas governativas para manter a estabilidade da República, convocou-se no Piauí uma reunião onde esteve presente um grande número de cidadãos e tropas militares. Na reunião, ficou acordado que os cidadãos João da Cruz e Santos, Joaquim Dias de Santana, Teodoro Alves Pacheco e Tomás de Moraes Rêgo fariam parte do governo. De acordo com as informações contidas no jornal *Atualidade*, o alferes João de Deus Moreira de Carvalho enfatizou a necessidade da reorganização do governo (AUTO DE ACLAMAÇÃO, 1889, p. 3). As pessoas que estavam na reunião, ocorrida na residência oficial

do governo na mesma data, assinaram o documento em que declaravam aderir à República sob a condição de que ela fosse federativa e não unitária.

Após o término da reunião e assinado o documento oficial, saíram todos os participantes da reunião com animação e entusiasmo em passeata pela cidade de Teresina ao som da banda da polícia militar. Segundo notícia do jornal *Atualidade*, o momento festivo aconteceu em plena ordem, no maior contentamento, sendo levantados muitos vivas à República, ao Governo Provisório Central, ao marechal Deodoro da Fonseca, aos sete membros do governo provisório estadual, ao povo piauiense, ao Exército e às forças armadas nacionais (NOTICIÁRIO, 1889, p. 4).

Observamos que na composição da junta governativa provisória, os membros que a constituíam eram atuantes no espaço político do estado desde a década de 1880. De uma maneira geral, as principais lideranças políticas do período monárquico continuaram nas frentes de poder no Piauí nas décadas posteriores à mudança do Regime. (QUEIROZ, 2011, p. 311). Essa rápida adesão de antigos grupos políticos ao novo sistema pode ser confirmada com a nomeação do Barão de Uruçuí, João da Cruz e Santos, e do tenente-coronel Joaquim Dias de Santana pelo Partido Liberal; Teodoro Alves Pacheco e o Cônego Tomás de Moraes Rego pelo Partido Conservador, com o objetivo de completarem os sete membros da Junta Provisória. Apenas o grupo liderado por Simplicio Coelho de Resende continuou leal aos princípios monarquistas (ALMEIDA NUNES, 2016, p.46).

Entende-se que a pronta anuência de grupos políticos da Capital e do interior à República pode ser justificada pela tentativa de manutenção do poder por esses personagens. Segundo Cunha, “os dois partidos monárquicos do Piauí, seguindo o exemplo de seus chefes no Rio, aderiram sem perda de tempo ao fato consumado” (CUNHA, 2011, p. 55-56).

À medida que a notícia sobre a adesão do Piauí ao novo regime foi se espalhando pelo interior do estado através de telegramas e circulares, logo os municípios e vilas afirmavam seu apoio ao novo governo. O primeiro município a se manifestar foi Campo Maior em 19 de novembro de 1889 (CAMPO MAIOR, 1889, p. 3). Alguns habitantes daquela cidade pronunciaram-se por meio de telegrama enviado ao secretário de Governo da Junta, Joaquim Antônio Diniz, que recebeu felicitações, bem como solicitação de mais informações a respeito dos acontecimentos

na Capital e no país. Foi expressa também a satisfação de ter os direitos dos cidadãos garantidos pelo governo republicano.

A respeito da República, também se manifestaram os municípios de Humildes e de Marvão, que o fizeram conjuntamente no dia 19 do mês de novembro, por meio de um abaixo assinado. Os homens naturais ou visitantes daquelas circunscrições territoriais se apresentaram entusiasmados com o ocorrido, de maneira a citarem a mudança de regime como um sonho ou uma “quimera” compartilhada por todas aquelas pessoas há muito tempo e que naquele momento se concretizava (VIVA A REPÚBLICA, 1889, p. 4).

No mesmo documento eram expressos sentimentos de fé no que diz respeito ao progresso que acreditavam que o governo instituído poderia trazer ao país, sendo ele o único capaz de tal feito. Assim, por tais motivos, aderiram os filhos de Marvão e Humildes à República dos Estados Unidos do Brasil. Os cidadãos daquelas vilas encerraram a carta reafirmando o potencial que o Brasil poderia atingir em poucos anos, e emitindo saudações ao Brasil, à República, ao Governo Provisório Central, ao povo brasileiro, ao Piauí e aos municípios que representavam.

Observamos que entre os 29 homens que assinaram o manifesto havia negociantes, o promotor de justiça e o promotor adjunto, o delegado de polícia, um médico, proprietários, o juiz municipal e o coletor de impostos. Dentre as famílias representadas, podemos citar os Arêa Leão, os Burlamaqui, os Araújo Costa, os Ferreira e os Rocha. Ou seja, pessoas que possuíam alguma distinção social naquela região.

Na mesma data, piauienses que se achavam fora do estado manifestaram-se a respeito das notícias que circulavam sobre a Proclamação da República. Em um telegrama de Raimundo Artur de Vasconcelos e um alferes-aluno Fileto Pires Ferreira, enviado no dia 19 de novembro, publicado pelo jornal *O Telefone* e reproduzido pelo jornal *Atualidade*, eles apresentam sentimentos de otimismo com relação ao progresso do Piauí:

Rio, 19

Redação do *Telefone*.

Proclamada República dos Estados Unidos do Brasil. Esperamos que nossa querida terra aderindo à benéfica revolução do Exército, Armada e povo seja já o Estado do Piauí, cuja liberdade foi sempre o nosso mais ardente sonho.

Alferes-aluno Fileto Pires Ferreira.

Raimundo Artur de Vasconcelos (CASTELO BRANCO, 1889, p. 2).

Na mesma data, Cândido Castelo Branco enviou, de Fortaleza, um telegrama a João de Deus Moreira de Carvalho informando acerca da adesão à República em todo o país (PIRES FERREIRA; VASCONCELOS, 1889, p. 2). Também Luís Melo, por meio de um telegrama emitido em Caxias-Maranhão, cumprimenta Antônio Joaquim Diniz, nomeado secretário de Governo da Junta (MELO, 1889, p. 2).

Além dos municípios piauienses citados, também se posicionou a vila de União, comarca de Campo Maior, por meio do *Auto de adesão à República Brasileira pelos habitantes da vila da União, província do Piauí* (FERREIRA, 1889, p. 2), escrito em 21 do mês em questão. O documento produzido pelos cidadãos daquele lugar é uma ata, que relata uma reunião ocorrida às 16 horas na Câmara Municipal, convocada por meio de um edital, em que compareceu Francisco Barbosa Ferreira, o qual, por meio de discurso, narrou aos presentes os acontecimentos de 15 de novembro de 1889 no Rio de Janeiro e como se achava a administração estadual após o ocorrido na Capital Federal.

Ao todo assinaram o documento de adesão 140 homens. Uma das testemunhas, José Fortes Castelo Branco, declarou ter assinado, em outra oportunidade, um documento de caráter semelhante ao documento aqui analisado, considerando a ata registro de um momento festivo e sem discriminação partidária. Outra testemunha foi João do Rego Monteiro, o Barão de Gurgueia, que era grande latifundiário, empresário e construtor, sendo auxiliar do presidente José Antônio Saraiva na mudança da Capital do Piauí de Oeiras para Teresina, em meados de 1852 (GONÇALVES, 2003, p. 268-269). Dentre as famílias representadas podemos citar: Rego Monteiro, Pires Ferreira, Ferreira, Castelo Branco, Ribeiro Soares, Burlamaqui e Fortes.

Aderiu também o município de Livramento, por meio da sessão extraordinária da Câmara de Vereadores de 23 de novembro de 1889, comandada pelo presidente Antônio Florêncio. Na ocasião, foi escrita uma ata por Sérvulo José de Carvalho narrando a reunião. Além do chefe da casa e do escrivão, estavam presentes cinco vereadores na assembleia (CARVALHO, 1889, p. 4).

A reunião foi motivada pela recepção de ofícios circulares de 17 e 18 de novembro dirigidos à Câmara Municipal, sendo assinados: o primeiro pelos cidadãos capitão Reginaldo Nemésio de Sá, Nelson Pereira do Nascimento e alferes João de Deus Moreira de Carvalho, que, em 16 daquele mesmo mês, haviam assumido o Governo Provisório do Piauí, em virtude do grande



acontecimento público que se dera na Corte no dia 15; e o segundo dirigido pelos mesmos militares e mais os políticos João da Cruz e Santos, padre Tomás de Moraes Rego, Joaquim Dias de Santana e Teodoro Alves Pacheco, que, por aclamação popular, foram chamados no dia 18, para com os primeiros comporem o Governo Provisório do novo estado do Piauí.

Depois da leitura dos ofícios acima mencionados, informou o presidente da Câmara que, em vista do júbilo manifestado pelo povo livramentense, sem distinção de classes, desde o momento em que lá chegaram as primeiras notícias da Proclamação da República no Brasil, uma entusiasmada passeata percorreu, à noite, as ruas daquela vila, ao som da Marselhesa.

Pelo quadro que se apresentava naquele lugar, o presidente da Câmara de Vereadores de Livramento chegou a julgar quase desnecessário perguntar aos respectivos membros da referida Câmara se adeririam “franca e sinceramente” (CARVALHO, 1889, p. 4) ao advento da República brasileira. Em resposta ao apelo do presidente, todos os presentes levantaram e soltaram gritos de viva à República, mostrando assim que aderiram cheios de entusiasmos ao novo regime. O documento foi anexado ao livro de registro das sessões e se extraiu dela uma cópia para ser remetida ao Governo Provisório do Estado do Piauí

Na data de 25 de novembro de 1889, fundou-se na cidade de Pedro II, um clube republicano e literário, presidido por Jacob Uchoa. Naquela data havia 145 membros e ainda estavam abertas as inscrições, ou seja, o número de sócios poderia aumentar com o tempo. O grupo, constituído com o objetivo de publicizar o ocorrido, enviou uma carta-anúncio para Antônio Joaquim Diniz, secretário da Junta, dando-lhe a informações a respeito, bem como convidando-o para se tornar membro do clube, tendo este já sido aceito pelos demais. Além de pedir números do jornal *Estado do Piauí*, para permitir que seus integrantes pudessem acompanhar as notícias, até que eles tivessem condições de adquirir os números do periódico. (MOURÃO; UCHOA, 1890, p. 3)

Já em Regeneração, segundo Raimundo Costa, em texto publicado no número 12 do jornal *Estado do Piauí*, em todas as localidades ele teria presenciado calmas, tranquilas e criteriosas adesões ao movimento republicano, em cujas atas de adesões havia nomes de vários cidadãos. Entretanto, naquela vila estava havendo censura àqueles que não assinaram voluntariamente como aderentes.

De acordo com Costa, quando viu surgir vitoriosa a República no Brasil, acreditava que a política monárquica e seus “caprichos” seriam extintos, mas viu que seu pensamento era equivocado, pois ao observar a outras localidades, notou que cegamente havia manifestos em favor do servilismo, da vingança e da inverdade.

Diz o autor do texto ter sofrido constantes censuras por defender a liberdade, sendo simbolicamente ferido em suas lutas, cujas cicatrizes existentes, fora de tempo, tendem a aparecer e não lhe pesa mostrá-las. Afirma ainda que advogará por sua liberdade e seu direito e que jamais renunciará em favor do que lhe estão impondo. Acrescenta que sempre fora defensor da liberdade do homem e de suas crenças, e por ter sempre trabalhado para o aniquilamento do servilismo, causava aborrecimento. Finalmente, declara aos seus algozes que antes era partidariamente liberal, que filosoficamente sempre fora republicano e defensor da liberdade e que carregaria suas convicções até o túmulo.

Informa ainda que, pelo fato de não ter assinado a ata no momento dos festejos da adesão, não significava que ele não seria republicano, e que as motivações de não ter feito isso em momento oportuno eram de caráter particular. Afirma, ainda, não ser permitido a outros entrar no pensamento de terceiros e dar-lhe o sentido que bem entender.

Levando em consideração o que já foi dito, ele questiona a acusação de que a falta de sua assinatura se dava pelo fato de haver se sensibilizado com a prisão do Barão de Loreto, quando, por muitas e maiores razões de sentimentos, teria por Firmino Martins, seu comprovinciano, que foi inominável e injustamente desconsiderado. Além disso, interroga que sentido haveria em se solidarizar com alguém que ignorava sua existência.

Acrescenta que no dia 26 de novembro houve na vila de Regeneração a proclamação dos membros do congresso republicano regenerense, data em que também houve a passeata acompanhada por grande número de pessoas na qual ele se achava presente, tanto acompanhando na tribuna a Tito da Silva, como em sua casa, onde algumas pessoas ouviram seu singelo e sucinto discurso declarando de modo claro aderir à República. Declarou, ainda, que a partir daquela data seria republicano, não só pelo recente evento ocorrido na Capital federal, mas também porque era uma ideia liberal.

Em 26 de novembro de 1889, os diretórios do Partido Liberal de Campo Maior e Piri-piri se manifestaram em favor do novo sistema de governo (TELEGRAMAS, 1889, p. 4). Em 27 desse mês, a Colônia de São Pedro de Alcântara também manifestou sua adesão à República. Quase 37 pessoas assinaram o abaixo-assinado em apoio ao novo regime (ADESÕES: COLÔNIA, 1889, p. 4). Já no dia 30, “Em São José das Cajazeiras aderiram todos à nova forma de governo; tendo na noite de 30, ao som de música, feito uma passeata pelas ruas do povoado, durante a qual foram levantados muitos vivas à República, ao Exército, à Armada e ao Governo Provisório” (NOTICIÁRIO, 1889. p. 4).

Assim como no interior, a Câmara Municipal de Teresina rapidamente declarou apoio à República. Uma sessão extraordinária foi marcada para o dia 28 de novembro de 1889, para que houvesse uma manifestação a respeito do advento da República, mas após um telegrama enviado pelo governo provisório do estado do Piauí pedindo o seu posicionamento sobre o assunto, a Câmara antecipou a sessão para o dia 27. Ao fim da assembleia, uma carta foi enviada à Junta Provisória, e por meio dela os vereadores informaram: “aderimos franca e lealmente à nova forma de governo que se estabeleceu no país, e conosco aderem igualmente todos os empregados municipais que foram vindos à nossa presença e assim se manifestaram” (PAÇO DA CÂMARA MUNICIPAL, 1889, p. 3-4). Em outro trecho os vereadores se colocavam à inteira disposição do governo estadual, tanto na qualidade de representantes da cidade, como na qualidade de pessoas particulares.

Nas palavras de Chaves, os funcionários das repartições públicas eram obrigados a aderir ao novo regime, e aquele que se opusesse seria imediatamente exonerado do cargo. O secretário interino de Instrução Pública – Raimundo Rodrigues de Araújo Costa – foi o único na cidade de Teresina a se recusar a assinar o termo de adesão, porque se dizia monarquista e, como tal, não poderia e nem deveria se declarar favorável à República. Por negar-se a assinar o termo, foi punido com demissão. Ainda segundo o referido autor, a Assembleia Legislativa Provincial enviou ofício à Junta, insistindo para que fosse informada a adesão daquela instituição governativa ao governo provisório, todavia, em resposta ao documento enviado pelo remetente, a Junta Provisória mandou fechar o prédio em que funcionava o órgão (CHAVES, 1998, p. 88).

No dia 20 de novembro, em Teresina, os deputados da Assembleia Legislativa Provincial tomaram a deliberação de não se demorar por mais tempo a manifestar sua adesão à causa republicana. De acordo com o texto da carta:

Como representantes da província, investido de honroso mandato, que lhes foi conferido por diversas circunscrições eleitorais, os abaixo assinados julgam interpretar os sentimentos daqueles que representam, expressando-se por esta forma, a vista da adesão que já se verificou por parte da população desta Capital e de outros pontos da província: e antes que a quaisquer outros, corre-lhes o dever que lhe é inerente pela natureza do mandato e do assunto de que trata-se de levar a público, por intermédio da Junta Provisória desta província ao Governo Provisório Central da Corte, não só a declaração de sua adesão, mas ainda as manifestações daqueles de quem são mandatários, no sentido da causa que adotara (ADESÕES: ILLMS. E EXMS, 1889, p. 4).

Assinaram o documento de adesão: o bacharel Francisco Botelho de Andrade, Tibério Luís de Marreiros Castelo Branco (liberal), [Salomão] Baumann, Fernando de Holanda Costa Freire, Joaquim José Avelino (liberal), [Salustiano] de H. B. Campos. Os deputados Castelo Branco, Avelino e Holanda Costa estiveram presentes na reorganização da Junta Governativa Provisória.

O documento com o qual a Junta ordena o fechamento da Assembleia data do dia 25 de novembro. No texto, a Junta além de determinar o fechamento do prédio, entrega os arquivos da instituição aos cuidados de um funcionário designado pela Secretaria de Governo. Acreditamos que tal atitude tenha a ver com o objetivo de acabar com os vestígios da Monarquia, tendo em vista uma nova eleição para a escolha dos novos representantes republicanos (ATO DO GOVERNO PROVISÓRIO, 1889, p. 3-4).

As manifestações em torno da chegada do regime republicano ao Piauí não se limitaram apenas aos primeiros dias após a Proclamação ou ao período de vigência da Junta Governativa Provisória, mas podem ser percebidas também por meio das manifestações públicas noticiadas em cartas abertas dos municípios ao primeiro governador nomeado, Gregório Taumaturgo de Azevedo. Os textos tratavam desde questões de infraestrutura a discussões políticas locais.

Um habitante do povoado Estreito se dispôs a representar aquela localidade por meio de carta ao governador Taumaturgo de Azevedo,³ enviada em 10 de janeiro de 1890, e que foi publicada

³ Natural de Barras (PI), Gregório Taumaturgo de Azevedo era militar engenheiro do Exército. Quando ocupava a patente de major na instituição, foi nomeado para ser o primeiro governador republicano do Estado do Piauí. A sua administração teve início em 26 de dezembro de 1889 e se encerrou em 04 de junho de 1890.

no número 3 do jornal *Estado do Piauí*, em 18 de janeiro do mesmo ano. Na carta o autor fala das benesses trazidas pelo novo regime e também de demandas que ainda necessitavam ser atendidas pelo governo. O remetente afirma que o ano novo inicia agradável, assim como a República em várias regiões do Brasil. Com olhar auspicioso, comenta que a seca está desaparecendo aos poucos, com a presença das chuvas, desde dezembro de 1889 até aquele momento, o que conseqüentemente permitia uma maior abundância de gêneros alimentícios, fazendo com que o preço de alguns alimentos se estabilizasse.

Além disso, fala das melhorias na infraestrutura do lugar e da presença do poder estadual, nunca antes sentida por aqueles habitantes, ao tratar da rápida visita de Taumaturgo de Azevedo à localidade e da doação de verba para a criação de uma mesa de rendas. Mesmo havendo solicitação para um novo professor de primeiras letras para as crianças, que ainda não fora atendida, manifestava visão positiva sobre o novo governo e principalmente sobre a República. (ESTREITO, 1890, p. 4).

Quando Barras do Marataoan foi elevada à categoria de cidade, a cidade ficou em festa e a Câmara Municipal daquele lugar, em agradecimento à ação do governador alterou os nomes de várias ruas e praças para homenagear o chefe do poder estadual e a República. As praças ganharam nomes como 15 de Novembro e Marechal Deodoro em alusão à data da Proclamação e a um dos principais nomes do ato, que naquele momento atuava como presidente do Governo Provisório. Já as ruas obtiveram o nome de Taumaturgo de Azevedo, Davi Caldas (republicano histórico), dentre outras personalidades locais e datas oficiais relativas a eventos nacionais ou municipais (LOPES, 1890, p. 2).

Na cidade de Amarante houve notícias de manifestação contrária à Proclamação da República. Um homem chamado Manoel Rodrigues de Carvalho, ao saber que o Brasil era regido por um novo regime político, pôs na porta da igreja matriz daquela cidade um anúncio à procura de pessoas que aderissem à oposição à República (DINIZ, 1889, p. 3).

Alguns habitantes de Parnaíba enviaram uma carta destinada ao governador Taumaturgo de Azevedo, publicada no jornal *Estado do Piauí*, que expressava cordialidade, e em meio aos pedidos, lançaram elogios à escolha do então governador, assim como à sua atuação frente ao estado, além da existência da República recém-instalada, falando das benesses que a presença do novo regime trouxe desde o dia 15 de novembro de 1889, apontando que a República poderia



trazer à nação o progresso e o engrandecimento pelos quais ela tanto ansiava. Além disso, fizeram duras críticas à Monarquia, tida como atrofiada e negligente em relação ao Piauí, como pode-se ver na citação abaixo:

Não está, porém, tudo perdido. Caiu a velha Monarquia, tóxico enérgico que que corroía as entranhas da nossa cara pátria, e surgiu a República, elemento reparador que, felizmente, em tempo, nos veio levantar do abatimento em que jazíamos, salvando-nos do abismo do que à beira estamos (PARNAÍBA, 1890, p. 3).

Há também manifestações que apareceram através de textos literários publicados no jornal *Estado do Piauí* por alguém cujo nome o autor põe em segredo, identificando-se apenas como “Eu”:

Travessos!
Deixai... deixai minha lira
O grande mundo ideal
E analisemos unidos
O movimento atual.
Aqui amigos contentes
Gritam todos mui ufanos:
‘Faze a luz, veio a República!
Nós somos republicanos’.
Ali, nervoso assustado
Batendo no coração
Alguém jura que à República
Nuca fez oposição.
E além bonita criança
Diz, baixinho ao namorado:
Se não é republicano,
já está desprezado.
E o Piauí todo ri, se
Janota, chic, faceiro.
Ao saber que muito em breve,
Enche os bolsos de dinheiro.
E nós oh! lira querida
Sempre contra monarquistas
Para podermos lutar
Somos fiéis niilistas.
Eu (EU, 1890, p. 3).

No dia 20 de fevereiro de 1890, um Clube Republicano Piauiense foi criado na cidade de Teresina com o intuito de doutrinar o povo e bem orientá-lo na crise que se fazia. Essa associação, diferente do caráter acentuadamente político com que outros clubes foram criados em outros estados, possuía cunho social e doutrinário. Apesar dos esforços para extinguir as cisões que as disputas partidárias no período monárquico trouxeram, elas ainda subsistiam e a doutrinação republicana seria um recurso para união das visões divergentes (CLUBE, 1890, p.

1). Participaram desse clube, nomes como Anísio Auto de Abreu, Clodoaldo Freitas, Mariano Gil Castelo Branco e Simplício Coelho de Resende (CLUBE, 1890, p. 1).

A criação dessa associação fundamentou-se em situações que ocorreram ainda durante a vigência da Junta Governativa Provisória. Como se sabe, a mudança da Monarquia para a República resultou no fim dos partidos Liberal e Conservador, assim como de seus periódicos, ou seja, as demarcações ideológicas que distinguiram os ideais dos membros daquelas agremiações. Porém, algumas tensões mantiveram-se acesas em meio à euforia da mudança do sistema político brasileiro. Havia uma disputa entre os jornais que surgiram ou mantiveram-se em atuação após a Proclamação.

No dia 27 de novembro de 1889, data em que ainda atuava a Junta Governativa Provisória, foi publicado o primeiro número do jornal *Atualidade*, órgão republicano, sob a coordenação de Antônio Joaquim Diniz. Este periódico surgiu em substituição ao jornal *A Imprensa*, órgão do Partido Liberal. O mesmo se coloca como defensor e sustentador da grande causa republicana, já que o diretório aderiu à República. O jornal convidara a todos os simpatizantes e militantes do antigo partido a aderirem ao novo regime, aprovando a posição tomada pela agremiação, sendo a atitude mais correta ao considerarem o momento (ATUALIDADE, 1889, p. 4).

De acordo com uma matéria do jornal *Atualidade*, em resposta ao jornal *Fiat Lux*, apontado como substituto de *A Época*, periódico do Partido Conservador, um escritor daquele jornal fez “[...] recriminações pessoais, como se estivesse ainda sobre influxo do velho regime monárquico representativo” (UM JUSTO REPARO, 1889, p. 4). As pessoas apontadas como alvos dos ataques foram o Marquês de Paranaguá e o Barão de Loreto, nomes de expressão do Partido Liberal no Brasil. Não se teve acesso ao artigo publicado pelo *Fiat Lux*, porém, o jornal *Atualidade*, de vertente republicana, promoveu a defesa dos dois políticos:

Amigos e reconhedores das boas intenções e sentimentos de patriotismo desses notáveis cidadãos, que tão bons serviços tem prestado ao país, e principalmente a esta parte da América do Sul, não podíamos deixar de fazermos os presentes reparos ao procedimento do ilustre colega do *Fiat Lux*, que, estamos certos, nos relevará por isso (UM JUSTO REPARO, 1889, p. 4).

Observa-se que mesmo havendo uma transição política em andamento, os jornais atuantes no Império continuaram a existir, mas assumindo um caráter republicano. Ainda que houvesse

cumprimentos e muito respeito dos dois lados, suas questões políticas e partidárias continuaram presentes como brasas a ponto de reacenderem a um pequeno estímulo, o fogo abrandado.

Após a Proclamação da República, o jornal *Oitenta e Nove*, dirigido por Fócion Caldas, filho do fundador, jornalista e republicano histórico Davi Caldas, perdurou por mais algum tempo. O diretor do periódico declarou que continuaria a “defender as causas republicanas” (OITENTA E NOVE, 1889, p. 4).

Considerações Finais:

É possível verificar que chegada da República foi surpreendente para os piauienses. O acontecimento recebeu manifestações de apoio e também de oposição em todo estado. Na capital, o novo regime foi bem recebido pela maioria dos teresinenses, mas houve exaltações de algumas pessoas, resultando em prisões. Diferentemente do modo como se constituiu a República na Capital Federal, ou seja, sem a presença de civis, em Teresina o povo acompanhou de perto todo o processo de instalação do novo regime político. Isso é notável em situações como a aglomeração em frente à estação telegráfica, e também, na passeata após a reorganização da junta governativa do estado.

Com a divulgação da notícia pelo interior do estado, os municípios se posicionaram sobre a República. Favoráveis ao novo regime, diversos grupos que já eram ativos politicamente na Monarquia, aderiram rapidamente ao novo regime com o intuito de manterem-se no poder. Clubes republicanos foram criados, inclusive na capital do estado, e ruas, como a de Barras, tiveram seus nomes alterados para homenagear personagens participantes desse processo político. Todavia, no Piauí também houve oposicionistas, como foi o caso de Raimundo Rodrigues de Araújo Costa, em Teresina, que se manteve fiel à Monarquia. Já em Amarante, Manoel Rodrigues pôs na porta de uma igreja um cartaz a procura de aliados.

Também houve resistência inicial de alguns cidadãos, como o caso de Raimundo Costa, de Regeneração, que se sentiu pressionado a aderir ao movimento. Alguns posicionamentos foram obrigatórios, como os dos funcionários do estado. Entendemos ainda que as saudações a Taumaturgo de Azevedo são sinais de adesão à República, já que ele representava uma



instituição que, naquele momento, era poderosa e que foi responsável pela derrubada da família imperial. Portanto, o apoio à República não foi unânime, e nem todos apoiaram de forma voluntária ao novo sistema político.

Fontes

ADESÕES: Colônia de São Pedro da Alcântara. **Atualidade**. Teresina, ano 1, n. 2, p. 4, 4 dez. 1889.

ADESÕES: Illms. e Exms. Srs. membros da Junta Provisória do Governo desta província **Atualidade**. Teresina, ano 1, n. 2, p. 4, 4 dez. 1889.

ATO DO GOVERNO PROVISÓRIO. **Atualidade**. Teresina, ano 1, n. 2, p. 3-4, 4 dez. 1889.

ATUALIDADE. **Atualidade**. Teresina, ano 1, n. 1, p. 4, 27 nov. 1889.

AUTO DE ACLAMAÇÃO dos membros do Governo Provisório Republicano do Estado do Piauí, na sua reorganização. **Atualidade**. Teresina, ano 1, n. 1, p. 3, 27 nov. 1889.

CAMPO MAIOR. **Atualidade**. Teresina, ano 1, n. 1, p. 3, 27 nov. 1889.

CARVALHO, Sérvulo José de. Câmara Municipal do Livramento: Ata da sessão extraordinária de 23 de novembro de 1889. **Atualidade**. Teresina, ano 1, n. 2, p. 4, 4 dez. 1889.

CASTELO BRANCO, Cândido. Telegramas: Rio, 19. **Atualidade**. Teresina, ano 1, n. 1, p. 2. 27 nov. 1889.

CLUBE Republicano Piauiense. **Estado do Piauí**. Teresina, ano 1, n. 16, p. 4, 19 fev. 1890.

COSTA, Raimundo. Regeneração, 15 de dezembro de 1889. **Estado do Piauí**. Teresina, ano 1, n. 12, p. 3, 9 fev. 1890.

DINIZ, Antônio. Ao Dr. Manuel Rodrigues de Carvalho. **Estado do Piauí**. Teresina, ano 1, n. 6, p. 3, 25 jan. 1890.

ESTREITO. **Estado do Piauí**, Teresina, ano 1, n. 3, p. 4, 18 jan. 1890.

EU. Travessos! **Estado do Piauí**. Teresina, ano 1, n. 14, p. 3, 11 fev. 1890.

FERREIRA, Francisco Barbosa. Auto de adesão à República Brasileira pelos habitantes da vila de União, província do Piauí. **Atualidade**. Teresina, ano 1, n. 2, p. 2, 4 dez. 1889.

LOPES, Liberalino Batista. Paço da Câmara Municipal das Barras, em sessão ordinária de 10 de janeiro de 1890. **Estado do Piauí**. Teresina, ano 1, n. 5, p. 2, 23 jan. 1890.

MELO, Luís. Telegramas: Caxias, 19. **Atualidade**. Teresina, ano 1, n. 1, p. 2, 27 nov. 1889.

MOURÃO, Domingos; UCHOA, Jacob. Movimento Republicano: Clube Republicano de Pedro II. **Estado do Piauí**. Teresina, ano 1, n. 1, p. 3, 14 jan. 1890.

NOTICIÁRIO: adesões. **Atualidade**. Teresina, ano 1, n. 2, p. 4, 4 dez. 1889.

PAÇO DA CÂMARA MUNICIPAL da cidade de Teresina. **Atualidade**. Teresina, ano 1, n. 2, p. 3-4, 4 dez. 1889.

PARNAÍBA, 20 de janeiro de 1890: Ao digno governador do Estado do Piauí. **Estado do Piauí**. Teresina, ano 1, n. 8, p. 3, 31 jan. 1890.

PIRES FERREIRA, Fileto; VASCONCELOS, Raimundo Artur de. Telegramas: Fortaleza, 19. **Atualidade**. Teresina, ano 1, n. 1, p. 2, 27 nov. 1889.

TELEGRAMAS: Piripiri, 26. **Atualidade**. Teresina, ano 1, n. 1, p. 4, 27 nov. 1889.

UM JUSTO REPARO. **Atualidade**. Teresina, ano 1, n. 2, p. 4, 4 dez. 1889.

VIVA A REPÚBLICA! **Atualidade**. Teresina, ano 1, n. 2, p. 4, 4 dez. 1889.

Bibliografias

ALMEIDA NUNES, Maria Cecília Silva de. **Oligarquia Pires Ferreira**: família e poder político no Piauí: 1889-1920. Teresina: Academia Piauiense de Leras, 2016.



ARAÚJO, Thaise de Sousa. **O Piauí Republicano: política e administração no governo de Gregório Taumaturgo de Azevedo (1889-1890).** 2020. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2020.

BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. Para além do bestializado: diferentes interpretações acerca da (não) participação popular. **Hydra.** São Paulo, v. 1, n. 1, p. 167-191, mar. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/hydra/article/view/9121>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

CARVALHO, José Murilo de. A República e o povo na rua. In: _____. **O pecado original da República: debates, personagens e eventos para compreender o Brasil.** Rio de Janeiro: Novo Tempo, 2016, p. 19-22.

CHAVES, Joaquim (Mons.). **Obra completa.** Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

CUNHA, Higino. **Memórias: traços autobiográficos.** Brasília; Teresina. Senado Federal; Academia Piauiense de Letras, 2011.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado: 1549-2003.** Teresina: Halley, 2003.

MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. Às beiras das beblengas: dos anos oitenta aos noventa – Teresina em face da abolição e República. In: _____. **Rua da Glória, 1: rumo à cidade nascente (1850-1896).** Teresina: EDUFPI, 2015, p. 335-340.

NUNES, Odilon. **O Piauí na História.** 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2013.

QUEIROZ, Teresinha. **Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo.** 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

Recebido em 2020-10-29 Aprovado em 2020-12-15 Publicado em 2020-12-31

